

# Sofrimento Psíquico entre Policiais: um Estudo na Polícia Civil do Rio Grande do Sul

Matheus Maciel Lamego<sup>1</sup>, Fernanda Bassani<sup>2</sup>

<sup>1</sup> <http://orcid.org/0000-0002-8220-0780> / Centro Universitário FADERGS, Brasil

<sup>2</sup> <http://orcid.org/0000-0003-0049-0786> / Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul, Divisão de Saúde, Serviço Psicossocial / Seção de Psicologia Institucional, Brasil

## Resumo

O artigo apresenta resultados de pesquisa realizada na Divisão de Saúde da Polícia Civil do RS a partir da análise de 543 fichas de triagens realizadas entre os anos de 2015 a 2020. Objetiva-se compreender os principais motivos que levam policiais a iniciar tratamento em saúde mental. A problematização dos dados pautou-se no conceito de “sofrimento psíquico” de Dejours, na noção de “cultura policial” de Monjardet e nos pressupostos da Psicologia Institucional. Foi constatado que são as mulheres policiais quem, proporcionalmente, mais buscam atendimento; que os policiais iniciam sofrimento psíquico nos primeiros anos de ingresso; e que os motivos expressos que os levaram a buscar atendimento são: conflitos nas relações conjugais, sintomas depressivos, psicossomáticos e acidentes em serviço. Destaca-se a importância de reforçar nas instituições de saúde policial os registros de atendimentos e os seus desdobramentos, a fim de subsidiar estatisticamente pesquisas, intervenções e políticas públicas voltadas para essa população.

**Palavras-chave:** polícia, administração pública, sofrimento.

## Psychic Suffering among Police Officers: a Study in Civil Police Force of Rio Grande do Sul

### Abstract

The article presents results of research carried out at the Civil Police Health Division of Rio Grande do Sul, based on the analysis of 543 screening forms carried out between 2015 and 2020. The objective is to understand the main reasons that lead police officers to start mental health treatment. The problematization of the data was based on the concept of “psychic suffering” by Dejours, on the notion of “police culture” by Monjardet and on the assumptions of institutional psychology. It was observed that it is female police officers who, proportionately, seek care the most; that the police begin psychological suffering in the first years of entry; and that the reasons expressed that led them to seek care are conflicts in marital relationships, depressive and psychosomatic symptoms, and accidents at work. The importance of reinforcing the records of attendances and their consequences in police health institutions is highlighted, in order to statistically support research, interventions, and public policies aimed at this population.

**Keywords:** police, public administration, suffering.

## Sufrimiento Psíquico entre Polícias: un Estudio en la Polícia Civil de Rio Grande do Sul

### Resumen

El artículo presenta los resultados de una investigación realizada en la División de Salud de la Policía Civil de RS, a partir del análisis de 543 formularios de tamizaje realizados entre 2015 y 2020. El objetivo es comprender las principales razones que llevan a los policías a iniciar un tratamiento de salud mental. La problematización de los datos se basó en el concepto de “sufrimiento psíquico” de Dejours, en la noción de “cultura policial” de Monjardet y en los presupuestos de la Psicología Institucional. Se observó que son las policías mujeres las que, proporcionalmente, más buscan atención; que los policías presentaron sufrimiento psicológico en los primeros años de ingreso; y que los motivos expresados que los llevaron a buscar atención son: conflictos en las relaciones conyugales, síntomas depresivos y psicossomáticos y accidentes de trabajo. Se destaca la importancia de reforzar los registros de atenciones y sus consecuencias en las instituciones policiales de salud, con el fin de sustentar estadísticamente las investigaciones, intervenciones y políticas públicas dirigidas a esta población.

**Palabras clave:** policía, administración pública, sufrimiento.

Recentemente as relações entre saúde mental, violência e trabalho policial têm estimulado pesquisas, relatórios e matérias jornalísticas de grande repercussão devido aos altos índices de violência e vitimização policial que o Brasil vem alcançando em nível mundial (Dias & de Andrade, 2021; Futino & Delduque, 2020; Fantástico, 2019). Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (ABSP, 2020), morreram mais policiais por suicídio em 2019 do que em confrontos no trabalho, numa proporção de 91 suicídios para 62 mortes em serviço. Tal fato aponta para o elevado impacto que o sofrimento psíquico não acolhido e tratado pode produzir sobre a vida dos profissionais. Por outro lado, as polícias brasileiras foram consideradas as que mais matam entre as instituições policiais de todo mundo, fazendo 5.660 vítimas civis em 2019, um aumento de 188% de letalidade em relação ao ano de 2013.

Por mais que os dados apontem para um aumento da violência policial, há uma série de diferenças institucionais entre as corporações policiais. Sendo assim, devem-se destacar dois aspectos: as polícias civis, foco deste artigo, possuem uma letalidade muito inferior às polícias militares<sup>1</sup>, que atuam na linha de frente da segurança pública. De outro lado, há grandes diferenças regionais, sendo que nas corporações gaúchas, região de nossa pesquisa, a taxa de letalidade é uma das mais baixas, 1 pessoa morta por 100 mil habitantes - enquanto a média nacional é de 3 por 100 mil habitantes (ABSP, 2020; Lei nº 12.527).

De qualquer forma, o aumento das mortes nas ações policiais instiga a pensar sobre a possibilidade de questões psicossociais estarem sobrepondo-se à técnica do trabalho policial, que deveria ser baseada no uso progressivo e racional da força<sup>2</sup>. Tanto a vitimização quanto a letalidade das polícias brasileiras têm gerado questionamentos sobre a saúde mental dos policiais, em especial, sobre a forma como os profissionais têm gerenciado emoções e sobre a responsabilidade das instituições no tratamento destes conflitos (ABSP, 2020; Albernaz, Ribeiro, & Luz, 2009).

Diante do cenário complexo que envolve as polícias no Brasil, este artigo tem por objetivos contribuir para a compreensão das relações entre trabalho policial e adoecimento psíquico. Para tanto, tomamos por base registros de um centro de atendimento em saúde da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, entre os anos de 2015 e 2020. Procuramos, assim, mapear algumas características dos policiais que procuram atendimento psicossocial, seus motivos expressos de sofrimento e, ensaiar, algumas possíveis relações destes últimos com as características, condições e formas de organização do trabalho policial. Neste caso, é importante lembrar que o sofrimento pode não estar no trabalho policial “de fato”, mas na maneira como ele se estrutura e se organiza, tendo potencial para aumentar ou minimizá-lo.

## Sofrimento Psíquico e Trabalho Policial

Dejours (1988) empregou a noção de “sofrimento psíquico” como mais adequada para analisar os impactos do trabalho na saúde mental, já que o sofrimento e o prazer são inerentes ao trabalho, num equilíbrio delicado que, ao longo da vida, pode promover dois tipos de sofrimento: o criativo e o patológico. O “sofrimento criativo” seria o agenciador da realização do verdadeiro trabalho, alavanca do processo criativo e da evolução do sujeito na profissão. O “patológico”, por sua vez, surge quando os recursos de ego falham diante dos desafios enfrentados, empurrando o sujeito para um sentimento de incapacidade, que pode vir acompanhado de sintomas psicossomáticos,

1 Dados obtidos e analisados a partir de solicitação de informações pela Lei nº 12.527. Processo nº 08198.010897.

2 Consiste na seleção adequada de opções de força em resposta ao nível de submissão do indivíduo suspeito ou infrator a ser controlado. Na prática será o escalonamento dos níveis de força conforme o grau de resistência ou reação do oponente (Madalena et al., 2009).

3 Neste “mundo policial” à parte, o policial ficaria restringido de demonstrar fragilidades devido a ambientes historicamente masculinizados das corporações policiais. Atividades construídas sobre imagens de vigor, força e agressividade como sinônimos de masculinidade tenderiam a reforçar o “machismo”, como traço típico destas instituições (Calazans, 2004).

tristeza, raiva e desesperança. Estes sintomas não se restringem exclusivamente ao ambiente laboral, mas podem repercutir nas diversas esferas da vida do sujeito.

No caso dos policiais que atuam em delegacias e departamentos voltadas para investigação de crimes violentos, por exemplo, o risco de vida, a exposição constante à violência e transtornos pós-traumáticos são três dos fatores mais relacionados ao estresse e que podem gerar adoecimentos difíceis de discernir sua origem: se de ordem pessoal ou institucional (Lanman & Szelwar, 2004). Outras situações complexas que compõem o cotidiano de policiais no Brasil são as práticas de assédio moral, os conflitos burocráticos típicos de organizações hierarquizadas, a falta de treinamento e recursos adequados, além da ausência de programas de saúde mental abrangentes. Soma-se a isso, as pressões dos meios de comunicação, práticas de corrupção nas corporações e as frustrações diante de índices criminais que resistem em baixar (ABSP, 2020; França & Duarte, 2017).

Minayo, Souza e Constantino (2008) concluíram que os policiais acreditam que a imagem que a sociedade tem deles é negativa, considerando-a “truculenta, corrupta e ineficaz” (p. 56). Reiner (2004) destaca que esta visão nem sempre corresponde à realidade, pois há muita ambivalência sobre a figura do policial, que é comumente associado ao “herói” ou ao “guardião da ordem”. Neste sentido, é oportuno lembrar a definição de Brandão (2002) acerca do arquétipo do “herói”, mergulhado com devoção na missão, ora encantador, ora agressivo, no entanto ele vai, faz e cumpre seu dever, quer seja ajudando ou destruindo.

O mito do “herói” se faz presente em um dito popular que circula entre os policiais brasileiros para caracterizar sua relação com o trabalho “Missão dada é missão cumprida”. Este poderia ser entendido como o “trabalho prescrito”, tarefa imposta ao trabalhador pela organização, que é diferente do “trabalho real”, aquilo que é possível realizar dadas as condições e forma de organização do trabalho. O “trabalho real” não é visível para quem está de fora ou em outro nível hierárquico, pois as normas consolidadas, culturalmente ou pelas relações interpessoais, atuam como limitadores da atividade, diferente do modelo idealizado nos dispositivos técnicos (Dejours, 1988; Dejours, Abdoucheli, Jayet & Betiol, 1994).

Diversos autores (Bretas, 1997; Monjardet, 2002; Muniz, 2001; Reiner, 2004) destacam que a ambivalência em torno da figura do policial, sujeito temido e ao mesmo tempo admirado por seu poder, geraria um fechamento do mundo policial em relação às outras pessoas. Para Muniz (2001) ocorreria uma separação subjetiva “nós-eles”, onde não só atividades profissionais, mas de lazer e de relações conjugais, passariam a ser realizadas entre pares, como estratégia de proteção e por um reconhecimento subjetivo difícil de ser construído com pessoas que não partilham de um cotidiano tão específico e exigente.

## Cultura Policial

Reiner (2004) destaca que as corporações policiais de todo mundo tendem a manter alguns traços culturais em comum, cuja força de sua expressividade levou a cunhar a expressão “cultura policial”, como importante dispositivo de análise das relações intra-institucionais. A cultura policial disputa espaço com os códigos legais na produção dos comportamentos a partir de um conjunto de valores, compartilhados pelos policiais de várias partes do mundo como: a divisão do mundo social, a solidariedade em pares, o conservadorismo moral e o machismo<sup>3</sup>.

Estes pressupostos compartilhados mudariam de acordo com a divisão do trabalho, dos fluxos internos, das responsabilidades ligadas à categoria, do gênero e das relações instituídas com os tipos de público: “gente suspeita, doutores e pés de chinelo” (Monjardet, 2002).

Deve-se destacar que ao longo dos anos, especialmente com o advento da exigência de nível superior para ingresso nas polícias e a implantação de ferramentas técnicas de trabalho, a “cultura policial” tem sofrido aberturas e transformações. No caso da Polícia Civil, tais traços são atenuados pela característica do trabalho, não diretamente ostensivo como na Polícia Militar, mas investigativo e também de atendimento de vítimas na Delegacia (Art. 144 da Constituição Federal). Neste sentido, Lima, Bueno e Mingardi (2016) apontam que o organograma das polícias civis possibilita dois tipos de conflitos principais: “conflitos de natureza da atividade” (entre atividades operacionais de rua, que são distintas de funções burocratizadas e internas à delegacia) e os “conflitos de nível hierárquico” (proporcionados pela carreira dupla, dividida entre Delegados de Polícia de um lado, e Agentes de Polícia de outro).

Considerando que as Polícias Cíveis possuem grande diversidade de funções internas, Bretas e Poncioni (1999), destacam atividades especialmente estressantes: o *Investigador* de rua que realiza “campanas” e escutas telefônicas, enfrentando riscos e cargas horárias excessivas; e o *Plantonista*, o policial que realiza plantões de até 24 horas ininterruptas em Delegacias, atendendo as vítimas, ao mesmo tempo em que lavra os Autos de Prisão em Flagrante e faz custódia de detento. Esta realidade exigiria grande esforço psíquico em trocar em pouco tempo a postura acolhedora necessária para escutar vítimas de crimes, com a firmeza que o trato com sujeitos detidos exige (Bretas & Poncioni, 1999; Misse, 2010).

As angústias e conflitos vivenciados por policiais geram redução da motivação ao trabalho, absenteísmo, acidentes de serviço e, ampliam, estigmas sobre os agentes policiais, além de trazer altos custos econômicos e sociais (Souza & Bernardo, 2019). Efeitos que, segundo Castro, Rocha e Cruz (2019) se relacionam a quatro campos estressores: (I) a instituição policial com suas condutas e formas de relação; (II) as problemáticas organizacionais, como falta de padronização, burocratização, falta de pessoal; (III) os estressores sociais, havendo uma expectativa social de que o policial tenha um comportamento exemplar, seja com as supostas vítimas ou com os supostos suspeitos; (IV) e o risco iminente de morte. Daí que identificar os fatores associados ao comprometimento da qualidade de vida pode auxiliar a subsidiar intervenções psicossociais nos pontos de maior incidência nos processos de adoecimento psíquico (Ministério da Saúde, 2006).

Bassani (2020) propõe uma análise pela lente “territorial”, onde a gestão do crime toma a forma de um “percurso punitivo” composto de quatro etapas: (I) Abordagem/detenção (Polícia Militar); (II) Registro da ocorrência/abertura de inquérito (Polícia Civil); (III) Exame de corpo de delito/perícias (Instituto Geral de Perícias/Polícia Técnico-científica) e; (IV) Aprisionamento (Polícia Penal). Isto é, uma estrada longitudinal, por vezes circular, já que a reincidência de delitos gira em torno de 70% no total de presos (NotíciasR7, 2014). Diante deste cenário, Misse (2010) aponta para o papel central que as polícias civis vêm ganhando nos últimos anos, tendo em vista que o Código de Processo Penal define o Delegado de Polícia como a “autoridade policial” no território, sendo de sua responsabilidade decidir se a ocorrência se configura em crime e se há materialidade e autoria.

Azevedo e Vasconcellos (2011) lembram que na última

década, houve um inchaço do sistema de justiça criminal pela postura de muitos juizes de apenas homologar o que é apresentado nos documentos policiais, contribuindo para os altos índices de presos provisórios no Brasil, cerca de 40% do total (Justiça e Segurança Pública, 2016). Pesa ainda o fato de que grande parte da decisão policial é baseada no princípio da “discrecionalidade”, sendo comum que, diante de exigências de gestão, sejam pressionados a acelerar o tempo da investigação, gerando tensão, podendo levar ao estresse e adoecimento policial (Azevedo & Vasconcellos, 2011; Lima et al., 2016; Misse, 2010).

## Polícia Civil do Rio Grande do Sul

As Polícias Cíveis do Brasil possuem uma estrutura organizacional relativamente padronizada a partir da carreira dupla de servidores: uma formada por agentes de polícia, incluindo *Escrivães* e *Inspetores* (que podem chegar ao cargo máximo de Comissário de Polícia) e outra, hierarquicamente superior, composta de *Delegados de Polícia*. Os agentes de polícia em geral devem possuir formação superior em qualquer curso de graduação, já os *Delegados*, devem ser formados em Direito, atuando em grande parte, em cargos de gestão.

No Regimento Interno da Polícia Civil do Rio Grande do Sul, os *Escrivães* são voltados à construção e registro de fatos e provas em documentos e os *Inspetores de Polícia*, voltados à investigação e cumprimento de mandados, embora ambos podem ampliar suas atuações a partir do tipo de delegacia ou modalidade de trabalho. Atualmente o efetivo da Polícia Civil do Rio Grande do Sul é de 5.200 profissionais<sup>4</sup>, sendo 465 Delegados e 4.745 agentes de polícia (*Escrivães*, *Inspetores* e *Comissários de Polícia*) sendo que, desde 1997 há a exigência de nível superior para qualquer cargo na PC/RS.

## Método

A pesquisa foi desenvolvida a partir de método quantitativo, descritivo e documental, baseada na análise de *fichas de triagem* realizadas pelo Serviço Psicossocial da Divisão de Saúde da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul.

## Participantes

Fizeram parte do estudo 758 *fichas de triagem* de policiais ativos e inativos que buscaram atendimento individual no Serviço Psicossocial da Polícia Civil do RS (Psicologia Clínica, Psicologia Institucional e Serviço Social) no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2020.

## Instrumentos

Utilizou-se para coleta de dados a *ficha de triagem* desenvolvida pelo serviço: questionário semiestruturado com 20 questões que abrange as áreas de dados pessoais e de identificação, dados familiares, fatores sociais, histórico de saúde e descrição da queixa.

## Procedimentos de Coleta de Dados e Cuidados Éticos

Para a coleta dos dados foram analisadas as fichas de triagem preenchidas entre os anos de 2015 a 2020, excluindo-se aquelas que não foram localizadas no sistema eletrônico e/ou arquivo morto (indicação de abertura de prontuário em livro de registro, mas não sendo localizado) e fichas incompletas (sem data de

<sup>4</sup> Em torno de 38% da corporação é composta por mulheres e 32% dos cargos de chefia são ocupados pelas mesmas, em comparação a uma média de 10% de mulheres na Polícia Militar. Este cenário de maior igualdade de gênero é recente, visto que as primeiras mulheres policiais ingressaram somente a partir da década de 70 (Pinzon, 2020).

abertura, data de nascimento, cargo, local de lotação ou queixa). A partir desses critérios, 124 fichas de triagem foram excluídas, restando 634 fichas ou 83,6% do total de triagens do período. A fim de compor uma amostra exclusiva de policiais, uma segunda filtragem excluiu fichas de dependentes, como filhos ou companheiros(as), restando 543 (85,6%) fichas de triagem de policiais ativos e inativos, representando a amostragem final.

Para a realização desta pesquisa foi apresentado documento de projeto de pesquisa à Delegada diretora e ao Coordenador Técnico da Divisão de Saúde da Polícia Civil do RS. Na coleta e análise de dados, foram resguardados dados de identificação dos pacientes, assim como seu histórico de atendimento, a fim de preservar eticamente a identidade dos mesmos.

### Procedimentos de Análise de Dados

Após padronização das fichas de triagem e criação do banco de dados, estes foram transpostos a uma planilha composta das seguintes variáveis: número de prontuário, data de abertura, sexo, data de nascimento, cargo, vínculo com a instituição, local de lotação e motivo da triagem. Com relação à variável motivo da triagem, foram construídas categorias analíticas, posteriormente associadas a siglas identificatórias. Os principais resultados da pesquisa foram apresentados a partir da estatística descritiva (Zanella, 2013).

atendimentos psicossociais, em termos proporcionais o dado se inverte. No Gráfico 3 pode-se perceber que, a PC/RS ( $n = 5.200$ ) é composta por 62% (3.245) de homens e 38% de mulheres (1.955).

Com relação às formas de acesso ao atendimento em saúde, evidenciou-se que pelo menos 93% dos policiais procuraram o serviço de forma espontânea ( $n = 504$ ). Os outros 7% ( $n = 39$ ) foram encaminhados formalmente por suas chefias.

Entretanto, se analisarmos a partir do efetivo total, evidencia-se que, foram atendidas 12,5% do total de mulheres, comparado a 9% de atendimentos masculinos, ou seja, o número de atendimentos femininos é 3,5% superior ao de policiais homens.

### Atendimento por Faixa Etária

Dentre os policiais que buscaram atendimento psicológico e/ou social, percebe-se que quase metade dos policiais atendidos está na faixa dos 31 a 40 anos, isto é, 40% ( $n = 217$ ) do total. A segunda parcela mais incidente foi a de policiais entre os 41 e 50 anos de idade, com 27% ( $n = 146$ ) dos atendimentos, conforme se pode observar na Figura 3. Além disso, foi observado que a média de idade dos policiais ao ingressarem na instituição é de 31 anos e, com base nisso, pode-se pensar que 40% ( $n = 217$ ) do total de policiais que buscaram atendimento psicossocial estavam em seus primeiros 9 anos na instituição



Figura 1. Novos atendimentos psicossociais entre os anos de 2015 a 2020

## Resultados

### Busca por Atendimento Psicossocial

Ao longo dos últimos 6 anos, registrou-se uma média de 126 novos atendimentos individuais psicossociais por ano de policiais civis. Observa-se que o ano de 2017 foi aquele com maior procura, com 142 novas buscas por atendimento. Já o ano em que se registrou a menor demanda foi o de 2020, tendo 114 novas buscas pelo serviço. Em termos longitudinais, entre o primeiro e último ano da análise, evidenciou-se uma queda de quase 20% em novas procuras pelo serviço.

Com relação às formas de acesso ao atendimento em saúde, evidenciou-se que pelo menos 93% dos policiais procuraram o serviço de forma espontânea ( $n = 504$ ). Os outros 7% ( $n = 39$ ) foram encaminhados formalmente por suas chefias.

### Atendimento por Gênero

Do total de policiais atendidos, percebe-se que 55% ( $n = 300$ ) eram do sexo masculino e 45% ( $n = 243$ ) do sexo feminino. Se, em termos absolutos, os homens são maioria entre os novos

### Atendimento por Cargo Institucional

Os policiais que mais buscaram atendimento foram os *Escrivães*, correspondendo a 53% ( $n = 289$ ) dos atendimentos, seguidos pelos *Inspetores* 37% ( $n = 201$ ). Juntos, esses 2 cargos compreendem 90% ( $n = 518$ ) do total de servidores. Evidencia-se também que os *Delegados* representam somente 5% ( $n = 25$ ) no número de novos atendimentos do local. Cabe destacar que 204 (38%) policiais buscaram atendimento enquanto atuavam na função de *plantonistas*, atividade em que a carga horária pode chegar a 24 horas ininterruptas (24h x 72hs de folga), que lida com o atendimento às vítimas e com a guarda de detentos nas carceragens.

Contudo, na Polícia Civil do RS, é a categoria de *Inspetores* a que possui um maior número de policiais, com 1.975 servidores, seguida da de *Escrivães* com 1.930 pessoas, depois *Comissários*, com 800 pessoas e, por fim, *Delegados*, com 495 pessoas. Na figura 4, há uma proporção comparativa sob o total da instituição, onde se percebe que foram atendidos 15% dos *Escrivães*, 10% dos *Inspetores*, 4% dos *Comissários* e 5% dos *Delegados*.

Evidencia-se, então, que os servidores que mais buscam

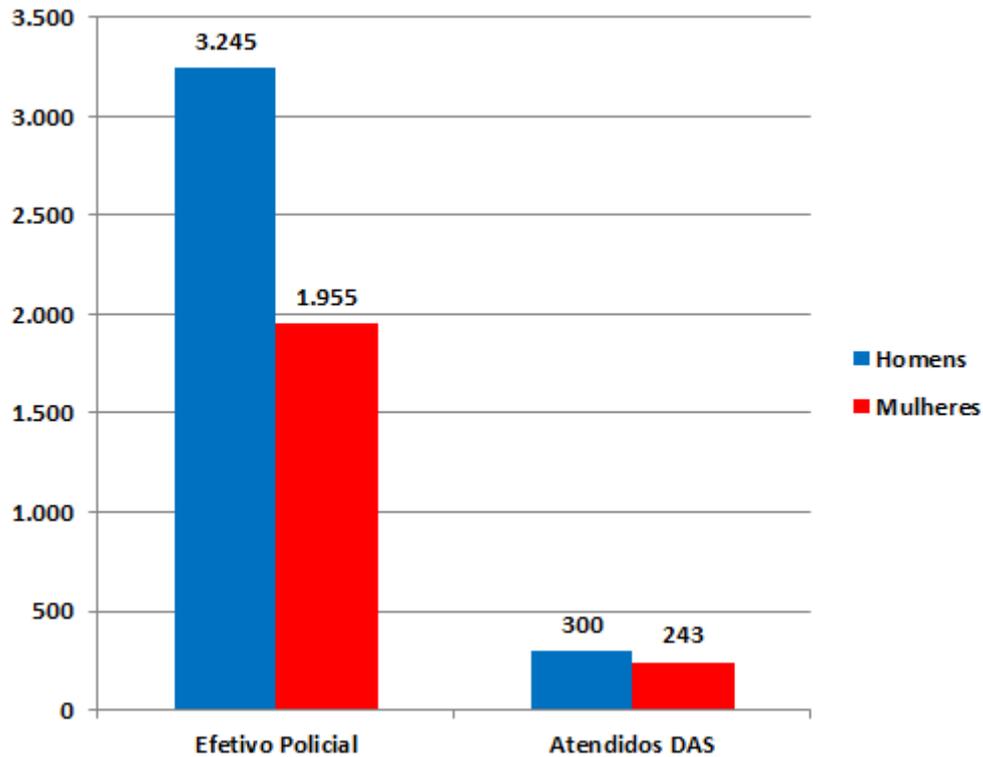


Figura 2. Efetivo Policial e Atendidos no serviço psicossocial.

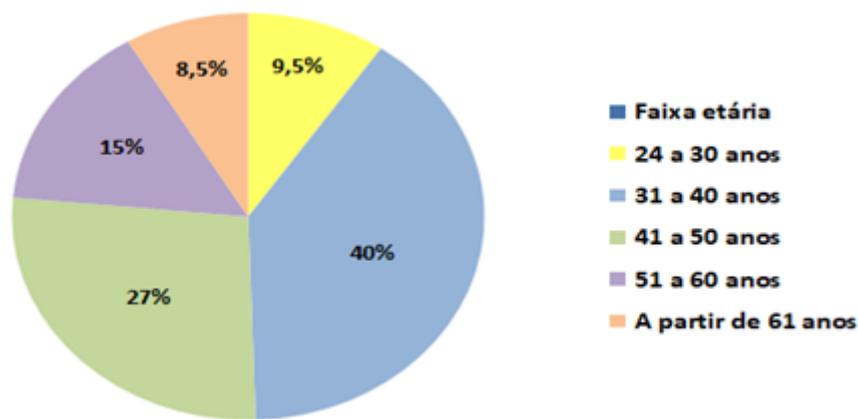


Figura 3. Policiais que buscaram atendimento psicossocial por faixa etária.

atendimento são os *Escrivães*, encarregados, em geral, do trato com processos de burocratização institucional. Outro dado importante é que, do total de *Escrivães* ( $n = 1.930$ ), quase 55% são mulheres (1.049 ou 54,4%), isto é, trata-se do único cargo onde a incidência feminina é superior à masculina.

### Atendimentos por Tipo de Serviço

Observa-se que do total da amostra, 40% ( $n = 217$ ) foram atendidos pelas Seções de Psicologia e 25% ( $n = 135$ ) foram atendidos pela Seção de Serviço Social. Contudo, há a atuação multidisciplinar em 30% ( $n = 162$ ) dos casos. A Categoria *Outras*, que corresponde a 5% ( $n = 27$ ) da amostra, corresponde a encaminhamentos para o Serviço de Policlínica (consultas médicas com especialidades, fisioterapia, fonoaudiologia e nutrição).

### Motivos da Busca por Atendimento

Observou-se que, ao procurar atendimento psicossocial, os policiais, em geral, apresentavam múltiplos fatores concomitantes de sofrimento e sinais de adoecimento, sendo os mais recorrentes os: *conflitos com companheiro(a)*, *sintomas depressivos*,

*sintomas psicossomáticos*, *sintomas de ansiedade* e *acidentes em serviço*. Dessa maneira, os motivos foram categorizados, associados a siglas identificatórias e quantificados no total de vezes em que apareceram no discurso inicial dos policiais.

A análise aponta que a “queixa” mais presente, com 55% de incidência ( $n = 295$ ) reúne preocupações ou eventos relacionados ao campo das *relações conjugais* (violência psicológica ou física, relações extraconjugais, discussões recorrentes, distanciamento emocional do(a) parceiro(a) e dificuldades com a separação).

O 2º e 3º motivos mais presentes na queixa inicial são *sintomas depressivos* (falta de motivação, desesperança, tristeza, falta de vontade de viver, isolamento social) e *sintomas psicossomáticos* (insônia, aumento ou perda de peso, dores no corpo, doenças de pele, cefaleia). Os *sintomas de ansiedade* (dificuldade de “desligar do trabalho”, medos recorrentes, pensamentos repetitivos e/ou intrusivos) foram apresentados por 130 policiais.

Por fim, aparecem questões relacionadas ao processo de reconhecimento de *acidente em serviço* ( $n = 124$ ), de acordo com as normas da Secretaria de Segurança Pública/RS. Essa modalidade de processo é direito de todo servidor público de segurança, sendo amparada pelo decreto 32.889/97 e pela Lei 14.66/14.

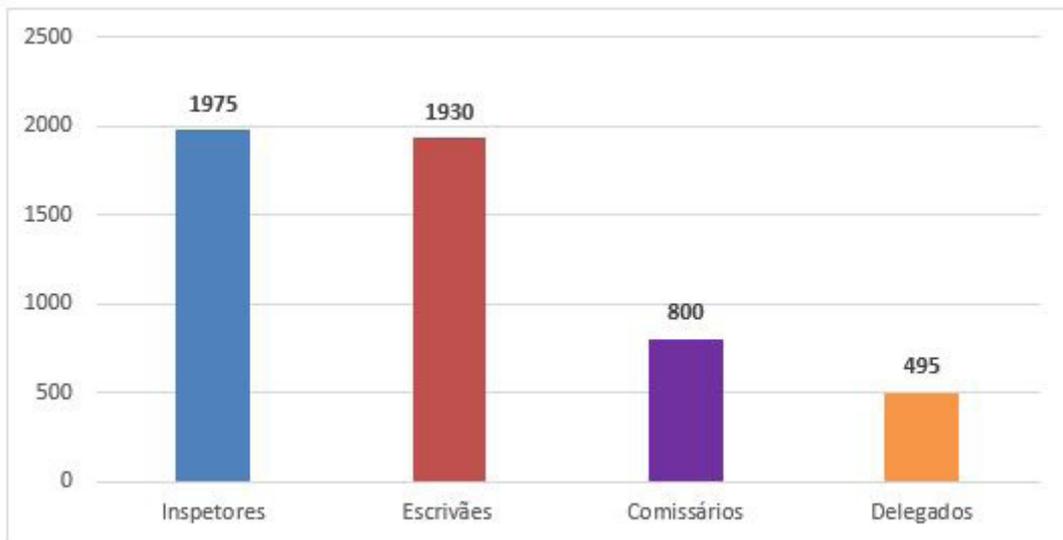


Figura 4. Cargos atendidos na PC/RS.

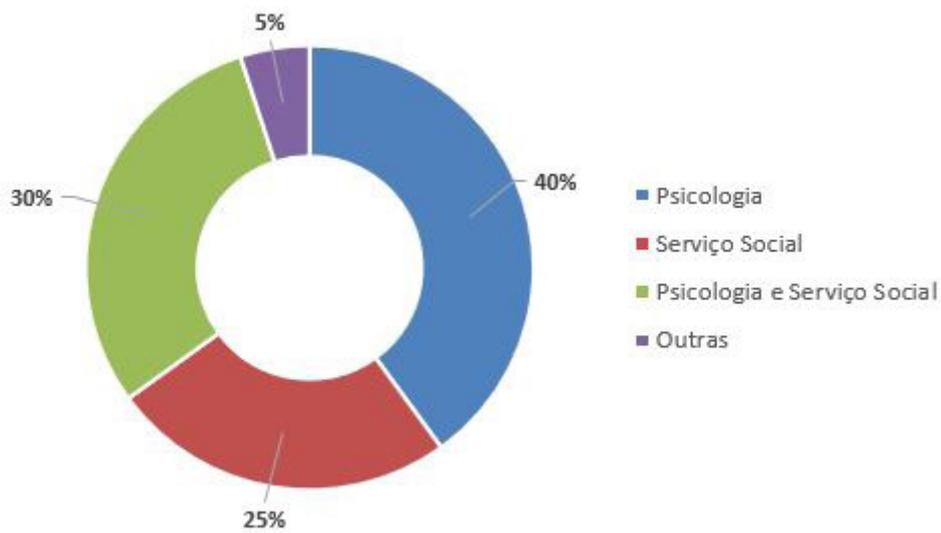


Figura 5. Atendimentos por tipo de serviço: psicológico, social ou psicossocial.

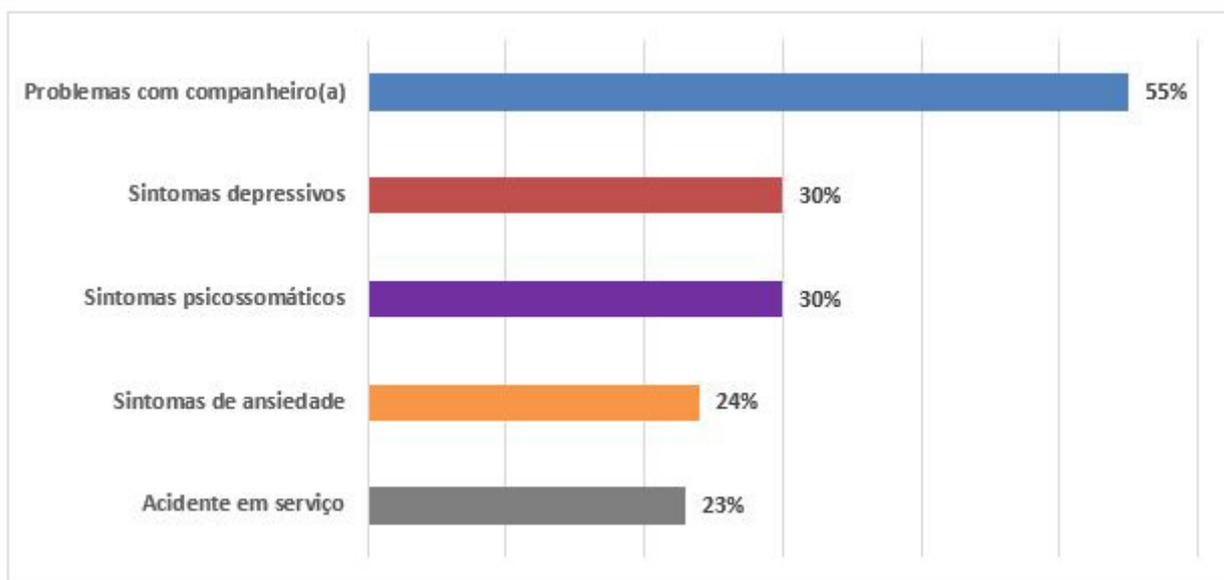


Figura 6. Sintomas e demandas de maior incidência.

### Resultados

É comum pensarmos as polícias como territórios ocupados em sua maioria por homens. Neste sentido, filmes e debates

populares tendem a reduzir a compreensão dos dilemas psicológicos de seus servidores a questões associadas a valores como virilidade, força e honra. Segundo Calazans (2004) tem se nesta percepção o reforço de masculinidades hegemônicas

que facilmente deslizam para o ideal do policial como herói, ou como um sujeito que teria como principal meio de trabalho o uso da força, ao invés da técnica, do treinamento e do raciocínio. Esses ideais constroem o que a Psicologia Social entende como desenvolvimento social da subjetividade onde há a identificação com o grupo de pertença e incorporação de valores culturais institucionais no seu modo de vida global (Dias & Andrade, 2021; Monjardet, 2022).

Misse (2010) dialoga sobre a questão do próprio território policial, onde descobrir-se vulnerável e, especialmente, reconhecer para outros sua vulnerabilidade torna-se um ato complexo, que pode só se tornar possível quando outras áreas da vida, dentre elas a esfera íntima, começa a ser prejudicada. Neste sentido, torna-se de fundamental importância questionar até que ponto a entrega integral exigida aos policiais não pode estar produzindo efeitos nocivos em áreas sobre as quais a própria instituição policial não tem a tradição de prestar atenção ou amparo.

As questões relacionadas ao sofrimento psíquico e trabalho policial são temas envoltos em uma série de preconceitos e práticas culturais que, historicamente, distanciam os policiais de um atendimento em saúde mental que escute e acolha suas emoções. Um exemplo disso é a ausência de uma política pública integralizada com as condições de cada região do Brasil para atendimento em saúde a policiais, estruturada sobre leis/regulamentos específicos com sistemas de controle, registro e notificação padronizados.

Contudo, a pesquisa constatou uma abrangência considerável de policiais civis atendidos, com 11% do efetivo policial total da instituição PC/RS tendo iniciado atendimento psicossocial entre os anos de 2015 a 2020. Frisa-se que se trata apenas dos atendimentos individuais e iniciados no período, sendo que a abrangência do serviço é maior se considerarmos os atendimentos grupais. Como exemplo, somente o *Programa de Acompanhamento ao Policial em Estágio Probatório* (PAEP) iniciado em 2015 pela PC/RS, atendeu 900 policiais. Isto é, 29% dos policiais da PC/RS foram atendidos em necessidades psicossociais de forma institucional no período de 6 anos.

Considerado a erraticidade dos programas de saúde mental à policiais nas diferentes regiões do país, tais dados foram considerados significativos. Pode-se pensar que o fato de a Divisão de Saúde ser um dos primeiros serviços de saúde institucionalizados nos órgãos de segurança do RS (1980) teria auxiliado sua popularização entre os policiais, desconstruindo estereótipos relacionados ao sofrimento psíquico. De outra forma, a possibilidade de utilizar os serviços mesmo em horário de expediente (mediante atestado fornecido pela DSA), a proximidade física de acesso aos servidores da capital (o órgão fica em área central, junto a sede gestora da PC-RS) e a oferta de atendimentos online podem ter influenciado no índice. Características que deveriam ser consideradas em implementações de serviços do tipo em órgãos policiais de outros Estados.

Com relação a *curva de atendimentos*, percebeu-se uma concentração no ano de 2017, quando foram realizados 142 atendimentos, quase 20% a mais do que no último ano da análise. Pesquisando possíveis fatores associados constatamos que neste ano também foi registrado um dos mais altos índices de aposentadorias, cerca de 590 solicitações, um aumento de 22% no número de aposentados em relação a anos anteriores. Tais dados podem relacionar-se a fatores histórico-políticos do período, quando servidores públicos tiveram seus salários parcelados, em uma medida relacionada à crise econômica local. Foi também entre os anos de 2016 e 2018 que o RS vivenciou uma ampla

crise carcerária que levou à manutenção de presos em delegacias por tempo prolongado. Ambos os fatores foram noticiados pelos sindicatos de categorias policiais como produtores de estresse e sobrecarga de trabalho (Bassani, 2020; UGEIRM, 2020).

Com relação ao *fluxo de ingresso das demandas*, percebeu-se que 93% dos policiais haviam procurado atendimento de forma voluntária. Esse dado reforça a análise anterior de redução do estigma em torno do tratamento em saúde mental, tendo em vista que é o próprio policial que identifica sinais de sofrimento e reconhece que precisa de auxílio especializado para saná-lo (Bretas, 1997). Sugere, assim, uma flexibilização no reconhecimento de vulnerabilidades pessoais, em que a figura do “herói” moldado pela *cultura policial* passa de um personagem rígido para alguém com traços humanos e, portanto, passíveis de adoecimentos (Monjardet, 2002; Muniz, 2001). Já a diminuição dos atendimentos no ano de 2020 podem relacionar-se às interferências relacionadas a pandemia de Covid-19, dada as inúmeras restrições sanitárias de circulação em voga na época e a ainda incipiente divulgação dos atendimentos online.

No que tange a *maior procura proporcional das mulheres por atendimentos*, estes dados podem relacionar-se à maior pressão vivenciada pelas mesmas na vida profissional associada às características de gênero, em uma instituição historicamente machista (Bretas, 1997; Monjardet, 2002). Nesse sentido, Soares e Musumeci (2005) apontam que existem visões de gênero discrepantes entre homens e mulheres sobre o policiamento com a tendência a projetar serviços burocráticos às mulheres, em detrimento dos serviços operacionais aos homens. Para Lopes, Ribeiro & de Souza (2021) as mulheres teriam a sobrecarga de lidar com o trabalho propriamente dito, acrescido da “missão” (p. 34) de desconstruir a expectativa de fragilidade projetada pelos padrões de gênero hegemônicos dentro das polícias. De qualquer forma, a maior procura proporcional de mulheres policiais aos serviços psicossociais é um dado que reivindica uma investigação mais apurada, podendo justificar políticas públicas voltadas à mulher policial.

Com relação à *faixa etária dos policiais* que buscaram atendimento, percebe-se que os primeiros anos de polícia tendem a ser especialmente conflitantes. Neste caso, alguns motivos comuns seriam: dificuldades de adaptação a “cultura policial” (Monjardet, 2002), dificuldades de relacionamento com chefias ou com colegas mais antigos; tensões por conta do período avaliativo de estágio probatório; frustrações com relação à estrutura física das Delegacias; e, por fim, lotação em local distante de casa. Nestes primeiros anos, a instituição parece radicalizar a distância entre o “trabalho prescrito” e o “trabalho real” (Dejours, 1988), sendo que as inúmeras precariedades percebidas no ingresso a PC acabam por rivalizar com a mensagem popular de que o “dever policial necessita ser cumprido a qualquer custo”.

Por fim, a pesquisa evidenciou o tema dos *conflitos nas relações conjugais* como principal motivador para a busca de atendimentos psicológicos e/ou sociais entre os policiais. Este dado surpreende especialmente porque o tema das relações afetivo-sexuais é pouco abordado em pesquisas relacionadas ao tema do trabalho policial. Para Rolim e Wendling (2013) de todas as problemáticas conjugais enfrentadas pelos policiais, a que mais se destaca é a questão da separação. Neste sentido, é importante lembrar que o fenômeno da conjugalidade é um processo de união de valores, crenças e perspectivas de vida que podem ser perturbados pela forma de organização do trabalho policial, como a exigência de trabalho em momentos de lazer, a tensão com possíveis perigos ou mesmo, as possibilidades de relacionamentos extraconjugais relacionados ao longo tempo de dedicação a polícia.

5 O SUSP, lançado em formato de Lei no ano de 2018, Lei nº 13.675, ainda não foi implementado de maneira igualitária nos serviços de segurança no Brasil, carecendo de sistemas, dispositivos eletrônicos e outros mecanismos e recursos físicos e tecnológicos que padronizam as suas atribuições.

É comum pensarmos as polícias como territórios ocupados em sua maioria por homens. Neste sentido, filmes e debates populares tendem a reduzir a compreensão dos dilemas psicológicos de seus servidores a questões associadas a valores como *virilidade, força e honra*. Segundo Calazans (2004) tem se nesta percepção o reforço de masculinidades hegemônicas que facilmente deslizam para o ideal do policial como *herói*, ou como um sujeito que teria como principal meio de trabalho o uso da força, ao invés da técnica, do treinamento e do raciocínio.

As próprias instituições policiais podem estimular e normalizar comportamentos de enfrentamento - e ampliar seu risco de vida - quando adotam, por exemplo, um sistema de premiações por ações ligadas ao risco iminente da morte e ao uso da agressividade. Práticas que compõem o importante tema da “cultura policial” e que produzem subjetividades individuais muito próprias, onde a identificação com o grupo de pertença extrapola o papel profissional e passa a condicionar a vida dos policiais de modo global (Castro et al., 2019). Em territórios assim, descobrir-se vulnerável e, especialmente, reconhecer para outros sua vulnerabilidade torna-se um ato complexo, que pode só se tornar possível quando outras áreas da vida, dentre elas a esfera íntima e conjugal, começa a ser prejudicada.

Neste sentido, a pesquisa mostrou-se de grande utilidade, por desvelar que os conflitos de relacionamento conjugal são aqueles que têm maior potencial de levar policiais a procurar auxílio. De outra forma, torna-se de fundamental importância questionar até que ponto a entrega integral exigida aos policiais não pode estar produzindo efeitos nocivos em áreas sobre as quais a própria instituição policial não tem a tradição de prestar atenção ou amparo.

A pesquisa demonstrou que a presença crescente de mulheres na Polícia Civil do Rio Grande do Sul, veio acompanhada da maior presença feminina também na busca de atendimentos psicossociais. Realidade que precisa ser mais bem estudada em pesquisas específicas que viabilizem os novos dilemas e conflitos trazidos por essa mudança histórica na estrutura de gênero das polícias brasileiras. Além disso, deve-se destacar que os dados desta pesquisa não compõem um perfil dos sintomas e transtornos psicológicos mais incidentes entre policiais civis, mas podem indicar os motivos cuja intensidade ou dificuldade pessoal em lidar mais pressionaram os policiais a buscarem atendimento psicossocial.

Por fim, entende-se a importância de um investimento na qualificação dos registros de atendimento em saúde mental. Ação que poderia subsidiar políticas públicas mais assertivas, que criassem espaços e ferramentas institucionais aos policiais para o melhor gerenciamento de suas emoções e conflitos, não só laborais.

Destaca-se a importância de um investimento na qualificação dos registros de atendimento em saúde mental nas polícias de todo o país. Ação que poderia subsidiar políticas públicas mais assertivas, que criassem projetos e ferramentas institucionais aos policiais para o gerenciamento de suas emoções e conflitos, podendo contribuir na redução dos altos índices de violência e suicídio policial que o Brasil enfrenta atualmente.

## Referências

Albernaz, E., Ribeiro, L., & Luz, D. (2009). Uso progressivo da força: dilemas e desafios. *Cadernos Temáticos da Conseg*, 5, 12-15. Recuperado de [https://www.novo.justica.gov.br/sua-seguranca-2/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras\\_publicacoes/pagina-2/5cadernotematico\\_uso-progressivo-da-forca.pdf](https://www.novo.justica.gov.br/sua-seguranca-2/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/outras_publicacoes/pagina-2/5cadernotematico_uso-progressivo-da-forca.pdf)

- Anuário Brasileiro de Segurança Pública. (2020). *Fórum Brasileiro de Segurança Pública: Anuário de Segurança Pública*. São Paulo, 14. Recuperado de <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>
- Azevedo, R. G. D., & Vasconcellos, F. B. D. (2011). O inquérito policial em questão: situação atual e a percepção dos delegados de polícia sobre as fragilidades do modelo brasileiro de investigação criminal. *Sociedade e Estado*, 26, 59-75. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922011000100004>
- Bassani, F. (2020). *A Divina Comédia da Segurança Pública: territorialidades e produção da transgressão do percurso punitivo do Rio Grande do Sul* (Dissertação de Doutorado). Recuperado de <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/220069>
- Brandão, J. S. (2002). *Mitologia Grega, vol. III*. Petrópolis: Ed. Vozes.
- Brasil (1988). *Artigo. 144 da Constituição da república federativa do Brasil. Senado Federal, Centro Gráfico*. Recuperado de [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988\\_05.10.1988/art\\_144\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_144_.asp)
- Bretas, M. L. (1997). Observações sobre a falência dos modelos policiais. *Tempo social*, 9(1), 79-94. <https://doi.org/10.1590/ts.v9i1.86441>
- Bretas, M. L., & Poncioni, P. (1999). A cultura policial e o policial civil carioca. *Cidadania, justiça e violência*. 149-163. Recuperado de <https://silos.tips/download/a-cultura-policial-e-o-policial-civil-carioca>
- Calazans, M. E. D. (2004). Mulheres no policiamento ostensivo e a perspectiva de uma segurança cidadã. *São Paulo em perspectiva*, 18, 142-150. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392004000100017>
- Castro, M. C., Rocha, R., & Cruz, R. (2019). Saúde mental do policial brasileiro: tendências teórico-metodológicas. *Psicologia, Saúde e Doenças*, 20(2), 525-541. <http://doi.org/10.15309/19psd200220>
- Chu, D. C. (2013). Gender integration in policing: A comparison of male and female police officers' perceptions in Taiwan. *International journal of comparative and applied criminal justice*, 37(2), 143-157. <https://doi.org/10.1080/01924036.2012.721202>
- Coleta, A. D. S. M. D., & Coleta, M. F. D. (2008). Fatores de estresse ocupacional e coping entre policiais civis. *Psico-USF*, 13, 59-68. <https://doi.org/10.1590/S1413-82712008000100008>
- Dias, C. N., & de Andrade, V. L. P. (2021). A relação entre Síndrome de Burnout e o Policial Militar Brasileiro. *Cadernos de Psicologia*, 2(4). Recuperado de <https://seer.cesjf.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/2837/1913>
- Dejours, C. (1988). A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. Em *A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho* (pp. 163-163). São Paulo: Cortez.
- Dejours, C., Abdoucheli, E., Jayet, C., & Betiol, M. I. S. (1994). *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho* (pp. 21-32). São Paulo: Atlas.
- Fantástico. (2019, setembro 15). *No Brasil, pelo menos 43 PMs são afastados por dia por transtornos psiquiátricos*. Portal G1. Recuperado de <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2019/09/15/no-brasil-pelo-menos-43-pms-sao-afastados-por-dia-por-transtornos-psiquiaticos.ghtml>
- França, F. G., & Duarte, A. (2017). “Soldados não choram?”: Reflexões sobre direitos humanos e vitimização policial militar. *Revista LEVS*, 19(19). <https://doi.org/10.36311/1983-2192.2018.v19n19.01.p1>
- Futino, R. S., & Delduque, M. C. (2020). Saúde mental no trabalho de segurança pública: estudos, abordagens e tendências da produção de conhecimento sobre o tema. *Cadernos Ibero-Americanos De Direito Sanitário*, 9(2), 116-134. <https://doi.org/10.17566/ciads.v9i2.632>
- Guimarães, L. A. M., Laudelino, A., & Massuda, J. (2020). Intervenção integrada em saúde mental do trabalhador em uma corporação policial de Campo Grande (MS). *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 45. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000018618>
- Harris, M. G., Kazdin, A. E., Chiu, W. T., Sampson, N. A., Aguilar-Gaxiola, S., Al-Hamzawi, A., ... & Kessler, R. C. (2020). Findings from world mental health surveys of the perceived helpfulness of treatment for patients with major depressive disorder. *Jama Psychiatry*, 77(8), 830-841. <https://doi.org/10.1001/jamapsychiatry.2020.1107>
- Justiça e Segurança Pública. (2016). *Há 726.712 pessoas presas*. Governo Federal. Recuperado de <https://www.justica.gov.br/news/ha-726-712-pessoas-presas-no-brasil>
- Lancman, S., & Szelwar, L. I. (2004). Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Em *Christophe Dejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho* (pp. 346-346). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz
- Lima, R. S. D., Bueno, S., & Mingardi, G. (2016). Estado, polícias e segurança pública no Brasil. *Revista Direito GV*, 12(1), 49-85. <https://doi.org/10.1590/2317-6172201603>
- Lopes, C. D. S., Ribeiro, E. A., & Souza, M. A. D. (2021). Policiamento e gênero: percepções entre policiais militares paranaenses. *Opinião Pública*, 27, 298-322. <https://doi.org/10.1590/1807-01912021271298>
- Maddarena, G., Santos, C. P., Dias, & W. Rocha (2009). Curso de Extensão em equipamentos não-letais I (CENI – I, Caderno didático, material homologado pelo Departamento de Polícia Federal). Brasília.
- Mínayo, M. C. D. S., Souza, E. R. D., & Constantino, P. (2008). *Missão prevenir e proteger: condições de vida, trabalho e saúde dos policiais militares do Rio de Janeiro*. Rio

- de Janeiro: Editora Fiocruz.
- Ministério da Saúde. (2006). *Política Nacional de Promoção da Saúde*. Recuperado de [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_promocao\\_saude\\_3ed.pdf](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_promocao_saude_3ed.pdf)
- Misse, M. (2010). O inquérito policial no Brasil: Resultados gerais de uma pesquisa. *Dilemas-Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 3(7), 35-50. Recuperado de <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/download/7199/5778>
- Monjardet, D. (2002). O que faz a polícia: sociologia da força pública. Em *O que faz a polícia: sociologia da força pública* (pp. 327-327). São Paulo: EDUSP
- Muniz, J. D. O. (2001). A crise de identidade das polícia militares brasileiras: dilemas e paradoxos da formação educacional. *Security and Defense Studies Review*, 1, 187-198. Recuperado de [https://app.ufr.br/riuff/bitstream/1/11985/1/pol\\_03.pdf](https://app.ufr.br/riuff/bitstream/1/11985/1/pol_03.pdf)
- NotíciasR7. (2014, janeiro, 21). *Juristas estimam em 70% a reincidência nos presídios brasileiros*. Portal R7. Recuperado de <https://noticias.r7.com/cidades/juristas-estimam-em-70-a-reincidencia-nos-presidios-brasileiros-21012014>
- Pinzon, E. (2020, agosto 25). *Primeira turma de policiais civis mulheres do Rio Grande do Sul completa 50 anos*. GaúchaZH. Recuperado de [gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2020/08/primeira-turma-de-policiais-civis-mulheres-do-rio-grande-do-sul-completa-50-anos-cke78jav0008013gn212gqhb.html](http://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2020/08/primeira-turma-de-policiais-civis-mulheres-do-rio-grande-do-sul-completa-50-anos-cke78jav0008013gn212gqhb.html)
- Rolim, K. I., & Wendling, M. I. (2013). A história de nós dois: reflexões acerca da formação e dissolução da conjugalidade. *Psicologia Clínica*, 25, 165-180. <https://doi.org/10.1590/S0103-56652013000200010>
- Reiner, R. (2004). *A política da polícia* (Vol. 11). São Paulo: EDUSP
- Soares, B. M., & Musumeci, L. (2005). *Mulheres policiais: presença feminina na Polícia Militar do Rio de Janeiro* (Vol. 1). Rio de Janeiro: Editora Record.
- Souza, H. A., & Bernardo, M. H. (2019). Prevenção de adoecimento mental relacionado ao trabalho: a práxis de profissionais do Sistema Único de Saúde comprometidos com a saúde do trabalhador. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 44. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000001918>
- Ugeirm. (2020). *RS transfere presos e aumenta limite de cadeias para evitar aglomeração em DP's. Especial Segurança Pública*. Recuperado de <https://ugeirmsindicato.com.br/apos-interdicao-do-central-rs-transfere-presos-e-aumenta-limite-de-cadeias-para-evitar-aglomeracao-em-dps/>
- Worden, A. P. (2017). The Attitudes of Women and Men in Policing: Testing Conventional and Contemporary Wisdom. In *Women Police* (pp. 293-331). Londres: Routledge.
- Zanella, L., C., H. (2013). *Metodologia de pesquisa* (2ª ed.). Santa Catarina: Departamento de Ciências da Administração UFSC.

## Informações sobre os autores

### Matheus Maciel Lamego

Rua Marechal Floriano Peixoto, 185  
Galeria Luza, Centro Histórico, Porto Alegre, RS, Brasil  
E-mail: [psicomathlamego@gmail.com](mailto:psicomathlamego@gmail.com)

### Fernanda Bassani

E-mail: [febassani@hotmail.com](mailto:febassani@hotmail.com)